

UTILIZAÇÃO DOS TESTES PSICOLÓGICOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A SUA EVOLUÇÃO

LEANDRO S. ALMEIDA e ORLANDA CRUZ (*)

UNIVERSIDADE DO PORTO

O artigo apresenta alguns comentários aos factores inerentes à evolução da Psicologia como ciência e a outros de índole mais sócio-cultural que terão contribuído, de algum modo, para o aparecimento de críticas ao método dos testes. Os autores manifestam a opinião de que este movimento de contestação, mais que inviabilizar a utilização destes instrumentos, contribuiu para a sua reformulação geral.

Os testes psicológicos que gozaram de larga aceitação por parte dos profissionais da Psicologia e do público em geral, têm deparado, designadamente nos últimos anos, com uma substancial oposição, crítica e desvalorização. A grande utilização dos mesmos na primeira metade deste século foi progressivamente abandonada ou, no mínimo, reformulada por um largo sector dos psicólogos. Hoje, diríamos que estes profissionais se distribuem por um «continuum» quanto às opiniões e às atitudes que manifestam em relação a estes instrumentos. Assim, teremos num extremo os que aceitam e utilizam os testes incondicionalmente e, no outro pólo, os que pura e simplesmente os recusam, justificando a sua posição através de um corolário de críticas, a seu ver contundentes.

Optamos por analisar este fenómeno, sem pretendermos ser exaustivos⁽¹⁾, olhando preferencialmente a dois tipos de factores, aliás intimamente ligadas. Um primeiro grupo prende-se com o desenvolvimento da própria ciência psicológica, enquanto o outro aparece mais directamente ligado às mudanças sócio-culturais entretanto ocorridas. Finalmente, esta análise incidirá nos testes de realização cognitiva, dado constituírem o assunto de preferência das ilações aqui referenciadas.

FACTORES DE ÍNDOLE PSICOLÓGICA

Quanto aos factores mais estritamente psicológicos, faremos referência ao acentuar, nos nossos dias, dos aspectos externos do comportamento em desprovelto das variáveis internas, à desvalorização progressiva na prática psicológica do «diagnóstico» encarado com um fim em si próprio, ao evoluir do conceito de intervenção psicológica, do seu objectivo e domínios de aplicação e, por último, à necessidade de enquadrar o comportamento humano num quadro de referência

tão lato quanto possível onde se integram obrigatoriamente, outras variáveis que não apenas as dimensões psicológicas. Refira-se desde já, que esta apresentação pretende ressaltar a continuidade e a interdependência mútua destes quatro aspectos.

Quanto ao primeiro aspecto, os testes psicológicos, desde o seu aparecimento, centraram-se na avaliação de dimensões psicológicas ditas internas ou subjacentes ao comportamento do indivíduo. A sua utilização permitiria ao psicólogo uma imagem quantificada das vertentes explicativas ou determinantes do comportamento. Como se depreende, toda a conduta teria a sua origem e explicação nas dimensões internas constituintes da realidade psicológica dos indivíduos (aptidões, motivações, atitudes, carácter), passíveis de quantificação.

A partir dos anos 50/60, e mais no seguimento das abordagens behavioristas do comportamento humano, houve uma crescente valorização por parte dos psicólogos dos aspectos ditos externos, directamente ligados com o aparecimento, a realização, a aprendizagem e a extinção das condutas. Ao mesmo tempo, a ênfase aparece colocada no «aqui e agora» do comportamento, descurando-se substancialmente a procura dos «últimos porquês», dos primeiros momentos ou dos aspectos usualmente tomados como *significantes* e estruturais. A prática da avaliação psicológica sofreu, assim, uma alteração significativa: mais que o atingir dos «constructos internos», a que os testes apareciam tradicionalmente associados, a avaliação centra-se agora, de preferência em dimensões do comportamento, passíveis de uma definição e quantificação em termos operacionais. O enraizamento desta nova orientação na avaliação psicológica poderá associar-se com a crença generalizada, nos nossos dias, de que a avaliação das dimensões significativas de um comportamento que se pretende conhecer ou modificar será mais fácil quando feita através do registo da própria acção do sujeito (aqui incluindo o pensar, o sentir, o fazer ou o querer). Estas alterações contribuirão certamente para explicar a utilização e popularidade crescente das técnicas de observação directa do comportamento (o que o sujeito faz, quando o faz, como o faz, porque o faz...), e o paralelo declínio da necessidade de recurso às técnicas mais tradicionais de avaliação psicológica.

(*) Assistentes da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Os Autores agradecem à Fundação Eng. António de Almeida o subsídio concedido para a realização do inquérito junto dos psicólogos portugueses alusivo à utilização dos testes a que este artigo serve de introdução.

Neste sentido e entrando já no segundo aspecto, registre-se a convicção inerente à utilização dos testes, de que a alteração do comportamento indesejável, pressupunha uma boa compreensão dos seus factores desencadeadores. O diagnóstico psicológico apareceu assim, seja no contexto dos serviços de saúde, seja no contexto escolar, como uma prática, à partida bem definida, valorizada e, por excelência, dos psicólogos. Isto explica que, numa perfeita correspondência às solicitações feitas, os psicólogos orientassem a sua intervenção para as meras tarefas de avaliação, «acomodando-se» a um papel mais passivo e, por vezes, tomado como secundário. São disto exemplo as avaliações das capacidades intelectuais dos alunos (até onde pode ir... ou qual o melhor caminho a seguir...) ou a identificação do quadro nosológico do «doente».

Actualmente, e apesar de em certos meios o psicólogo continuar dimensionado, em termos práticos, como o profissional que «passa testes», tem crescido o número daqueles que, por iniciativa própria ou por solicitação de outrém, orientam a sua intervenção para a modificação do comportamento (aqui tomado em sentido amplo). Esta alteração de papéis teve, evidentemente, as suas repercussões ao nível da utilização dos testes psicológicos. O diagnóstico deixa de ser tomado como um fim em si mesmo, passando a ser utilizado no quadro mais amplo da intervenção psicológica. Os testes anteriormente perspectivados como diagnóstico dos aspectos deficitários dos indivíduos (selecção), mostram-se agora inadequados numa perspectiva de intervenção (Gordon e Terrel, 1981). Será também neste contexto que a utilização das técnicas alternativas de avaliação, atrás apontadas, se mostrou por vezes mais eficaz ou mais susceptível de fornecer a informação necessária para a programação da acção interventiva.

Esta alteração conduz-nos, de imediato, ao terceiro aspecto desta análise e que se prende com a evolução do conceito de intervenção psicológica.

A grande difusão das correntes humanistas, o conhecimento da educabilidade do ser humano (por oposição à ênfase na estabilidade das características psicológicas) e o interesse posto no seu desenvolvimento ou promoção contribuíram para alterar a orientação demasiado «passiva» da prática psicológica e o «reduccionismo» que a mesma parecia comportar.

A prática psicológica adquire assim um carácter mais globalizante, passando de uma intervenção preferencialmente centrada nos indivíduos para uma acção junto dos outros significantes (família, escola, comunidade, grupo social). Ao mesmo tempo, o objectivo da intervenção passa a englobar progressivamente preocupações de cariz preventivo-promocional dos indivíduos e dos grupos, deixando de se centralizar exclusivamente na resolução de «comportamentos-problema» (Morril e out., 1979). Esta caracterização mais ampla da intervenção psicológica terá contribuído, sem dúvida, para a diminuição da prática do diagnóstico tradicional e, conseqüentemente, dos testes psicológicos.

Por último, e se quizermos mais próximo das correntes desenvolvimentistas, procura-se acentuar nos nossos dias o carácter íntegro do comportamento

humano e a impossibilidade do mesmo poder ser reduzido à quantificação ou justaposição de variáveis «laboratorialmente» isoláveis, ou ainda, estritamente psicológicas. A avaliação psicológica, cujo suporte «científico» apareceu bastante associado aos procedimentos experimentais da recolha dos resultados ou ao seu tratamento estatístico, sentiu, por último, a necessidade de atender a um quadro de referência teórico mais amplo. Este quadro aparecia como resposta à acusação frequentemente formulada contra o método dos testes, usualmente tomados como medidas indirectas e parcelares do comportamento. Tal metodologia opor-se-ia à unidade real e complexa do ser humano, cujo comportamento apenas artificialmente poderá ser decomposto.

As novas técnicas de avaliação directa ou natural, ao permitirem mais facilmente atender a essa globalidade, grangearam uma crescente simpatia por parte dos psicólogos em desprovelo dos testes tradicionais. Também em termos práticos, este último tipo de avaliação permitiria, mais facilmente, atingir os aspectos psicológicos subjacentes aos resultados ou, por outras palavras, aceder à sua própria compreensão e explicação, e assim fundamentar propostas de mudanças e de promoção do próprio comportamento humano (Glaser, 1982).

FACTORES DE ÍNDOLE SÓCIO-CULTURAL

O aparecimento dos testes psicológicos no começo do século e o seu desenvolvimento posterior poderão associar-se a necessidades e transformações de índole sócio-cultural características do nosso século. De facto, é possível encontrar nestes circunstancialismos históricos alguns elementos explicativos das modificações e reajustamentos progressivos no movimento dos testes, e que passaremos a ilustrar.

Situando-nos no começo do século, um primeiro exemplo desta relação será em dúvida, os trabalhos de Alfred Binet cuja elaboração da primeira escala métrica de inteligência (Escala de Inteligência Binet-Simon, 1905) vai de encontro à necessidade social crescente de identificar as crianças com défices intelectuais e tidas, por esse motivo, como incapacitadas de prosseguirem com êxito uma escolaridade normal. Esta necessidade adaptativa dos indivíduos ao meio, aliás muito próxima dos princípios darwinistas da época, tem subjacente quer a crença nas diferenças individuais e sua estabilidade, quer o reconhecimento do papel selectivo exercido pelo meio, tomado como anterior ou prévio aos sujeitos, e como tal não perspectivado como passível de alteração. O «problema» era considerado como interno aos indivíduos, cabendo aos testes a sua explicitação. Ao mesmo tempo, a incidência da explicação dos fenómenos psicológicos através de variáveis de índole constitucional e hereditário reforçava, por um lado, a convicção na estabilidade destes fenómenos (Bacher, 1982) e, por outro, legitimava o facto de a generalidade do trabalho dos psicólogos se reduzir à mera constatação dos fenómenos ou à estimativa do grau de adequação das características dos sujeitos às exigências dos diferentes meios de pertença.

Nos anos 20/40, no auge desta perspectiva, muita da investigação psicológica centrou-se, fundamental-

mente, no aprofundamento de um conjunto variado de metodologias e no desenvolvimento de instrumentos capazes de assegurar uma avaliação rápida e objectiva dos padrões de realização dos indivíduos. Tais propósitos mostram-se em consonância com a ampla difusão e a aplicação prática dos princípios taylorianos da organização científica do trabalho. A satisfação do princípio «o homem certo no posto certo», avaliada pelo nível de rentabilidade produtiva dos indivíduos, conduziu à proliferação do uso dos testes psicológicos para fins de selecção (exército, indústria, comércio, serviços, escola), e, consequentemente, a uma reacção negativa por parte do público.

As alterações sócio-culturais do pós-guerra, designadamente a difusão, por um lado, dos movimentos humanitários e dos princípios democráticos e, por outro lado, da defesa dos direitos civis, da justiça social e de uma maior liberdade de expressão, a que a ciência deu o seu contributo, por exemplo, através de uma reflexão do seu sentido e da sua aplicação prática, viriam também a ter as suas implicações no que respeita à utilização dos testes. Foi o momento da reformulação geral da sua fundamentação teórica, dos seus princípios metodológicos e da sua utilização. Ao mesmo tempo verifica-se um certo abandono dos mesmos por parte dos psicólogos, de outros profissionais e do público em geral.

Analisaremos esta mudança fazendo referência a três aspectos, aliás intimamente ligados. Um primeiro tem a ver com a consciencialização progressiva de que os resultados nos testes se mostram dependentes ou influenciados por variáveis sócio-culturais, um segundo prende-se com a ameaça que os testes parecem representar à privacidade e individualidade de cada um e, por último, faremos referência ao sentido prático e à utilização feita da informação obtida.

Quanto ao primeiro aspecto, vários estudos têm realçado a influência de variáveis sócio-culturais nos níveis de realização cognitiva obtidos nos testes. Estes resultados sendo influenciados por variáveis situacionais nem sempre devidamente ponderadas poderiam traduzir, mais do que as características reais dos indivíduos, os valores próprios de uma cultura ou de uma classe social (Vernon, 1969; Cole e Bruner, 1971). Aponta-se neste sentido a não neutralidade social dos itens dado o seu conteúdo, as operações avaliadas ou o formato das situações de teste (Siller, 1957), os aspectos advindos da relação estabelecida entre o administrador e os testandos (Labov, 1970) e, o predomínio dos procedimentos «mecânicos» ou exclusivamente estatísticos na interpretação dos resultados e a não atenção às variáveis subjacentes, designadamente aos aspectos de ordem motivacional (Zigler e out., 1973; Seitz e out., 1975; Vassaf, 1982).

Reconhece-se assim, que a utilização dos testes poderá, à partida, favorecer os sujeitos de níveis sociais e escolares mais elevados ou com melhores experiências educativas nos conteúdos, nas operações ou no formato em que os itens aparecem formulados. Esta desigualdade de tratamento, apesar dos esforços desenvolvidos pelo movimento dos «free-culture-tests» na busca de instrumentos livres de insuficiências culturais (Eells e out., 1951), tenderia a agravar-se com o facto da generalidade dos estudos de standardização dos instrumentos ser conduzida junto de grandes gru-

pos, ou ainda, de populações tipicamente escolares. Tais procedimentos dificultam, desde logo, uma adequação dos testes e de toda a situação tradicional de avaliação dos grupos sócio-culturais minoritários, em especial aos menos favorecidos desse ponto de vista (Gordon e Terrell, 1981). Este desfazamento mostrar-se-á particularmente incisivo aquando do uso dos testes tradicionais no contexto de intervenções psicoeducativas, hoje valorizadas para a promoção destes grupos populacionais.

Este conjunto de considerações manifestam de imediato um certo antagonismo entre a aplicação generalizada dos testes e a ênfase nos princípios democráticos e da mobilidade social, progressivamente defendidos. Por exemplo, o uso frequente dos testes para fins de selecção dos sujeitos acentuaria assim a discriminação social já existente, dificultando a aplicação do princípio «igualdade de oportunidades de educação e de empregos para todos».

Além disso, e entrando já no segundo ponto desta análise, a utilização até certo ponto indiscriminada dos testes traria, ainda, novos motivos para uma reacção negativa por parte da opinião pública. Em primeiro lugar, o direito ou possibilidade de cada um se poder assumir como «igual a si próprio» era repetidamente confrontado com a referência às «normas» ditadas pelos resultados dos indivíduos do seu grupo de pertença. Acresce o facto de, nem sempre, essas «normas» se mostrarem adequadas e validadas para os vários tipos de pessoas e para as diferentes situações de administração/avaliação (consulta, ajuda, selecção, investigação). Além disso, frequentemente estes parâmetros de realização seriam tomados em termos absolutos ou taxativos, pouco consonantes com o seu cariz meramente probabilístico em termos de informação.

Por outro lado, coloca-se o problema do conhecimento da informação obtida. Esta é muitas vezes mais do conhecimento dos psicólogos, dos serviços ou de outros profissionais do que os próprios indivíduos avaliados. Acrescente-se, ainda, a suposição generalizada de que o uso de certos testes — referimo-nos concretamente às técnicas projectivas — permitiriam um acesso directo à personalidade dos indivíduos, mesmo à não dominada pela sua consciência ou conhecimento. Esta informação, registada em ficheiros e, dada a crença na estabilidade dos vários factores de inteligência ou dos traços de personalidade e no valor preditivo dos resultados obtidos, desempenhava um papel relevante de controlo na existência dos indivíduos (sem o conhecimento destes...), condicionando repetidas vezes as «suas» decisões próximas e futuras. Esta situação pode-se considerar mais grave ainda por quanto sabemos da existência de uma maior predisposição da avaliação psicológica se centrar nos aspectos «negativos ou deficitários» dos sujeitos.

É evidente que nem toda a avaliação psicológica pode ser tomada como uma «violação da privacidade ou da individualidade». Este conceito ganha sentido, fundamentalmente, quando a avaliação é conduzida sem o acordo ou sem o conhecimento/esclarecimento do sujeito ou quando a este é vedado todo o acesso a qualquer tipo de informação dos seus resultados ou, pior ainda, quando a informação tem outra utilização

que não aquela para a qual o sujeito deu o seu consentimento.

Os testes psicológicos, por vezes associados com práticas a merecerem alguns reparos do ponto de vista ético, tornaram-se objecto de repulsa por parte do público em geral, e menos referenciados por parte dos psicólogos e outros profissionais.

Finalmente, e em ligação com o ponto anterior, algumas considerações sobre a utilização prática da informação obtida através dos testes. Como já foi referido, a predictabilidade que a estatística permitiu assegurar aos resultados dos testes, veio a conferir-lhes um lugar de «charneira» aquando da tomada de decisões em relação ao futuro escolar e profissional dos indivíduos. Isto explicaria, situando-nos por exemplo, no contexto educativo, que indivíduos pudessem ficar privados de experienciar situações para as quais não se mostrassem, à partida, convenientemente vocacionados ou dotados. Tal posição contrária à aplicabilidade dos direitos de cada indivíduo à Educação, assentaria ainda (ao mesmo tempo que reforçava...) numa visão demasiado passiva das funções da escola e dos seus profissionais e numa certa demissão/desconhecimento das suas responsabilidades e potencialidades educativas.

A alteração desta situação fez-se progressivamente sentir. A avaliação psicológica, feita através dos testes tradicionais ou das técnicas mais informais entretanto surgidas, deixou de se centralizar na classificação e selecção dos indivíduos para as diferentes alternativas existentes, passando a preocupar-se com a procura dos meios que possibilitassem a todos uma igualdade de oportunidades educativas (Glaser, 1981).

Esta mudança, mais sentida inicialmente no contexto escolar (registre-se, por exemplo, que a abertura generalizada da escola a todas as camadas populacionais diminui a necessidade efectiva e o sentido da «selecção» dos alunos), foi progressivamente alargada a outros domínios da prática psicológica. A informação recolhida pelos testes, quando orientados para a obtenção de um resultado ou produto final, mostrou-se insuficiente e inapropriado para o conhecimento dos mecanismos de resposta, dos processos ou das estratégias mentais subjacentes, em vista de uma melhor adequação, eficácia e avaliação da própria prática psicológica ou de outra intervenção junto dos indivíduos (terapia, aprendizagem, realização de tarefas).

Não elaborados para responder preferencialmente a este novo tipo de pedido, os testes tradicionais vieram a ser progressivamente substituídos por outros instrumentos de avaliação (escalas de observação, registos, análise curricular, observação directa) ou, pelo menos, a observação psicológica deixou de ser concebida como estando na estreita dependência dos testes.

A SITUAÇÃO PRESENTE E PERSPECTIVAS FUTURAS

Deixamos atrás expostos alguns dos factores que, a nosso ver, terão contribuído para uma redefinição geral do problema dos testes psicológicos, explicitando também alguns indicadores da mudança substancial

operada na sua utilização. Seria erróneo, no entanto, concluir daqui que todo e qualquer teste seja merecedor das considerações mais ou menos depreciativas apontadas ou que, por esses mesmos aspectos, os testes estejam hoje perfeitamente esquecidos, substituídos ou suplantados em Psicologia. Nada nos permite concluir que os testes estejam ultrapassados na prática psicológica, pois a sua importância tem perdurado e mantém-se actual, mau grado os condicionamentos e as reacções negativas apresentados. Segundo estudos recentes junto dos psicólogos em vários países europeus, os testes continuam a ser significativamente importantes para os indivíduos, para os grupos humanos, para as instituições e para a sociedade em geral (Novick, 1981; Poortinga e out., 1982; Meuris, 1982).

O movimento de contestação ao método dos testes teve, no entanto, a vantagem de motivar os seus construtores e utilizadores para um esforço de redimensionamento destes instrumentos.

Foram, assim, introduzidas alterações metodológicas ao nível da construção, administração e, sobretudo, da interpretação e da utilização prática dos seus resultados. Estas transformações procuraram, por um lado, responder à necessidade de uma maior relativização da informação obtida e, por outro, adaptar-se à convicção de que, só quando inseridos num quadro mais vasto de avaliação-intervenção psicológica, o uso dos testes ganha significado.

Como refere Meuris (1982), haveria dois tipos de posições em relação aos testes que deveríamos evitar. Por um lado, os psicólogos demasiado optimistas que, acreditando na mensuralidade de todas as características humanas, defendem que as dificuldades actuais estão apenas ligadas à imperfeição dos instrumentos. Por outro, os demasiado pessimistas que negam todo o valor científico às investigações psicométricas e toda a possibilidade de uso do método dos testes. Trata-se, evidentemente, de duas posições extremas que acabarão por não ser as mais representativas dos psicólogos dos nossos dias⁽²⁾. Há que reconhecer as limitações inerentes aos condicionalismos de não observarmos a realidade psicológica em si mesma, mas apenas as suas manifestações, bem como as devidas à imperfeição dos próprios instrumentos e a não suficiente competência teórico-prática de alguns utilizadores (Meuris, 1982). Tal reconhecimento, por outro lado, não pode ser tomado como recusa ou oposição pura e simples do método dos testes.

NOTAS

(1) Os leitores interessados poderão encontrar uma outra abordagem deste problema em Simões (1983). Aqui, os aspectos positivos e negativos do método dos testes aparecem descritos de um modo esquemático e sintético.

(2) Foi aliás, no sentido de conhecermos as opiniões dos psicólogos portugueses que, em meados de 1984, procedemos à aplicação de um questionário alusivo ao assunto. Este trabalho seguiu de perto o realizado noutros países europeus (Poortinga e out., 1982) e contou com o apoio económico da Fundação Eng. António de Almeida (Porto).

REFERÊNCIAS

BACHER, F. — Sur certains problèmes soulevés par l'utilisation des tests psychologiques. *Année Psychologique*, 1982, 82, 439-455.

COLE, M. e BRUNER, J. S. — Cultural differences and interferences about psychological processes. *Americ. Psychol.*, 1971, 26, 867-876.

EELLS, K., DAVIS, A., HAVIGHURST, R. J., HERRICK, V. E. e TYLER, R. — *Intelligence and cultural differences*. Chicago: Univ. Chicago Press, 1951.

GLASER, R. — The future of testing: A research agenda for cognitive Psychology and Psychometrics. *Americ. Psychol.*, 1981, 36, 923-936.

GLASER, R. — Instructional Psychology: Past, present and future. *Americ. Psychol.*, 1982, 37, 292-305.

GORDON, E. N. e TERRELL, M. D. — The changed social context of testing. *Americ. Psychol.*, 1981, 36, 1172-1180.

LAVOB, W. — The logical non-standart english. In, F. Williams (Ed.), *Language and Poverty*. Chicago: Markham Press, 1970.

MEURIS, G. — La méthode des tests dans la problématique de la mesure en Sciences Humaines. *Rev. Psychol. Appliquée*, 1982, 32, (2), supplément.

MORRILL, W. H., OETTING, E. R. e HURST, J. C. — Dimensions of counselor functioning. In, S. WEINRACH (Ed.) *Career Counseling: Theoretical and practical perspectives*. New York: McGraw Hill, 1979.

NOVICK, M. R. — Federal guidelines and professional standards. *Americ. Psychol.*, 1981, 36, 1035-1046.

POORTINGA, Y. H., COETSIER, P., MEURIS, G. e out. — A survey of attitudes towards tests among psychologists in six Western European countries. *Inter. Rev. Appl. Psychol.*, 1982, 31, 7-34.

SEITZ, V., ABELSON, W. D., LEVINE, E. e ZIGLER, E. — Effects of place of testing on the Peabody Picture Test scores of disadvantaged Head Start and non-Head Start children. *Child Develop.*, 1975, 46, 481-486.

SILLER, J. — Socioeconomic status and conceptual thinking. *Journ. Abnorm. Soc. Psychol.*, 1957, 55, 365-371.

VASSAF, G. Y. H. — Mental Massacre: The use of psychological tests in the Third World. *School Psychol. Internat.*, 1982, 3, 43-48.

VERNON, P. E. — *Intelligence and cultural environment*. London: Methuen 1969.

ZIEGLER, E., ABELSON, W. D. e SEITZ, V. — Motivational factors in the performance of economically disadvantaged children on the Peabody Picture Vocabulary Test. *Child Develop.*, 1973, 44, 294-303.

SIMÕES, M. M. R. — Sobre a utilização de testes psicológicos: Recenseamento de algumas posições. *Rev. Port. Pedagogia*, 1983, 27, (Separata).

ABSTRACT

Some factors concerning the evolution of Psychology as a science and the socio-cultural evolution that had contributed, in some way, to the critics of the test method are presented. The authors valorize this contest movement as implementing some substantial changes in the test utilization instead of its obstruction.

PUBLICIDADE

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE TERAPIA DO COMPORTAMENTO

G. E. A. C. I. J.
GRUPO DE ESTUDOS PARA A ABORDAGEM
COMPORTAMENTAL NA INFÂNCIA E JUVENTUDE

No âmbito das actividades de formação do GEACIJ, com o patrocínio do Hospital Conde de Ferreira e da A. P. T. C., teve início no dia 13 de Março um curso sobre técnicas de modificação do comportamento aplicadas à clínica e à educação, orientado pelo Dr. José Pinto Gouveia, médico psiquiatra, assistente da Universidade de Coimbra.

O curso decorre s quintas-feiras das 9 h às 12,30 h (para psicólogos e médicos) e das 14,30 às 18 h (para professores e educadoras da educação especial).

Qualquer informação sobre este curso será fornecida na sede provisória do GEACIJ, na Rua Belos Ares, 24 — 4100 Porto (tel. 666646).

DIVULGUE ESTE ANÚNCIO!

Terceiro
Encontro
Juvenil
de
Ciência



A JUVENTUDE AO ENCONTRO DA CIÊNCIA

COIMBRA, 4 a 16 SET. 85

RECEPÇÃO DE TRABALHOS:

APARTADO 975 — 4016 PORTO CODEX
(Até 27 de Junho)

Informações: TELEFONES 71660 (Coimbra)
695563 (Porto)
701324 (Lisboa)